

A ADMINISTRAÇÃO DE POMBAL E O BRASIL: A POLÍTICA ECONÔMICA PORTUGUESA APÓS A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Alex Faverzani da Luz¹

Resumo

Com o advento da Era Pombalina em Portugal, a segunda metade do século XVIII vivencia profundas transformações nos mais diversos segmentos. No campo econômico, em especial, Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, propõe medidas de caráter mercantilista e fiscalista, com vistas a coibir o tráfico ultramarino e assegurar as arrecadações fiscais. Além disso, visando garantir o monopólio mercantil na América Portuguesa, e a exclusão de comerciantes locais e estrangeiros, registra-se a criação da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755) e, a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759). Na Metrópole, foram desencadeadas medidas de fomento à produção metropolitana, como por exemplo, a política de incentivo às manufaturas, a iniciar pelos Estatutos da Fábrica das Sedas (1757). Nesse sentido, com o presente estudo, almeja-se transcorrer acerca dessas práticas administrativas econômicas do período pombalino, de modo a retratar e identificar a repercussão de tais medidas no âmbito colonial da América Portuguesa setecentista.

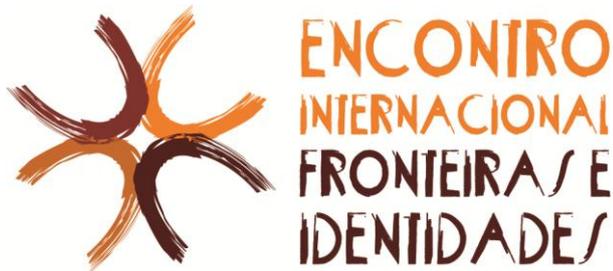
Considerações iniciais

Ao assumir a pasta ministerial do Reino em 1750, Pombal tinha plena consciência das limitações econômicas de sua nação. Dando seguimento ao velho costume de governar sem conselho de Estado, e sem parlamento, pensou em por em prática uma transformação de caráter econômico-social que, fortalecendo a ossatura do Reino, lhe estendesse também prestígio e notoriedade internacional.

Contudo, Pombal com sua característica de vontade férrea não se deteve ao medo de fracassar, e pôs em prática seus propósitos de renovar e esclarecer a mentalidade lusitana, mesmo enfrentando circunstâncias de resistência e oposição por parte da sociedade portuguesa da época.

Desse modo, o presente estudo almeja analisar de forma bastante sucinta as principais práticas administrativas de Pombal no plano econômico, com vistas a elencar as manobras

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Doutorando em História das Sociedades Ibéricas e Americanas. Bolsista CNPq. E-mail: alexfaverzani@hotmail.com



comerciais estabelecidas com a colônia brasileira, por intermédio dos canais e estruturas criadas para fomentar o desenvolvimento econômico de Portugal do século XVIII.

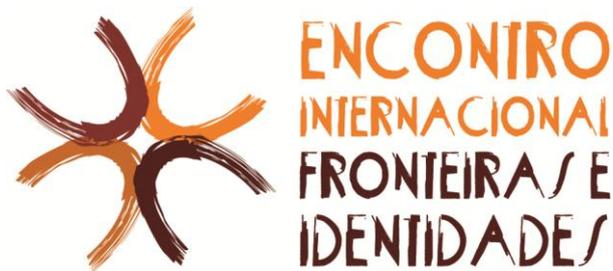
1. A trajetória de Pombal e a ascensão ao poder

Para que se possa compreender a política econômica e demais questões inerentes ao governo português após a segunda metade do século XVIII, faz-se pertinente esboçar as principais etapas da trajetória de Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, o qual se destacou perante a história dos governantes portugueses.

Sebastião José de Carvalho e Melo nasceu em 13 de maio de 1699 em Soure, aldeia próxima de Pombal e Coimbra. Seu pai foi Manuel de Carvalho e Ataíde, “apagado capitão de cavalos, falhado na carreira militar, falecido com pouco menos de 50 anos, mas dotado de muita esperteza [...]” Sua mãe se chamava Teresa Luísa de Mendonça, “[...] possivelmente fidalga e aparentada com os morgados de Souto d’El-Rey”. (TEIXEIRA SOARES, 1983, p. 62).

Logo de início, denota-se que “o futuro primeiro-ministro não dispunha dos predicados indispensáveis para *subir* no século XVIII, de acordo com os padrões convencionais”, dentre eles destaca-se a “falta de nobreza, e, por conseguinte, de um título barulhento ou falta de prestígio derivado de casa antiga; parentela vagamente burguesa ou rural, ocupante de postos de segunda ou terceira linha; pergaminhos nenhuns ou discutidos”. Ademais,

Carvalho e Melo foi encarado com imensa suspeita pelos “grandes” do Reino e ajuizado como misto de plebeísmo e fidalguia postiça. Homem rústico, hábitos populescos, tendências intelectuais sem brilho, que diabo de Carvalho e Melo era ele para os fidalgos de velha cepa? Naqueles tempos valia muito a chamada “limpeza” de sangue, esquadrihada por genealogistas fabricantes de pesados *in-fólios*. Ora, em relação a Carvalho e Melo os genealogistas teriam motivos para desespero de pesquisas, porque só poderiam levá-los a atalhos sinuosos, precários e mal conhecidos. Por conseguinte, o futuro primeiro-ministro não dispunha, teoricamente, dos predicados para poder servir ao Rei num posto importante da administração, porque esta era em geral feudo da nobreza de quatro costados, a “puritana” [...]. (TEIXEIRA SOARES, 1983, p. 63).

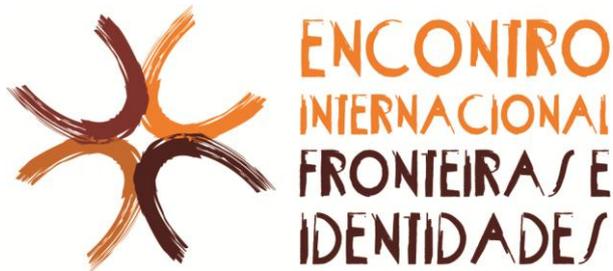


Nesse sentido, pode-se mencionar que Carvalho e Melo era distinto da maioria dos membros políticos que serviam ao rei, e que suas características de origem o ofuscavam em relação ao demais, ou seja, seria um acontecimento atípico para a sociedade portuguesa da época se um homem com suas características de origem assumisse algum posto importante do reino.

Assim, a carreira de Carvalho e Melo ao serviço do Estado se inicia em 1738, onde é lançado na vida diplomática “com a missão de Enviado extraordinário à Inglaterra”. Porém, o seu ingresso como diplomata em Londres foi permeado por favorecimentos em termos de apoios de homens influentes, como o “doutor Francisco Luís da Cunha de Ataíde, ao tempo Governador e Chanceler da Relação do Porto, que podia satisfazer as ambições de há muito expressas pelo enteado”, e também contou com o apoio de Paulo de Carvalho e Ataíde, o qual possuía bom relacionamento com o Frei Gaspar da Encarnação, “antigo reitor da Universidade de Coimbra e homem de bom conselho junto de D. João V”. (SERRÃO, 1982, p. 29).

Com a função de diplomata em Londres, Carvalho e Melo tomou conhecimento das regras fundamentais do campo diplomático do século XVIII: “polidez de maneiras e palavras; frequência de festas; aprimoramento da língua francesa; serenidade e compostura em momentos difíceis; energia em repelir agravos”, além de “tenacidade em defender os interesses de sua pátria; inconsútil dignidade no exercício da sua missão; observação da vida inglesa e conhecimento de suas personalidades”. Diante disso, Sebastião José, alcançava os seus quarenta anos de idade, “além de seus magníficos dotes físicos, tinha ponderação, argúcia, tenacidade, sabendo dosar as diferentes qualidades psicológicas que lhe exornavam a personalidade”. (TEIXEIRA SOARES, 1983, p. 71).

Em Londres permaneceria até 1744, quando então, sua missão por lá começava a dar seus sinais de término. Mas, ao regressar a Lisboa recebe a informação de que outra capital europeia o requisitava para cumprimento de uma Enviatura de maior amplitude, Viena, a qual viria a marcar “o rumo da sua vida política” em Portugal. Assim, em 1745, Carvalho e Melo é enviado à Viena, com vistas a mediar um conflito existente entre a Coroa austríaca e o Papado. (SERRÃO, 1982, p. 41-43).



Ao regressar de Viena, em 1749, traz consigo “muitas ideias econômicas e culturais que serviriam de trave-mestra do seu governo”. Além disso, suas ideias eram “bem assentes quanto às reformas que se impunham na administração pública e na mentalidade do País”. (SERRÃO, 1982, p. 53). No entanto, ao retornar em Lisboa recebe ordens para ficar de molho, ou seja, não lhe há atividades para o momento. Esse período foi de grandes dificuldades e humilhações para Carvalho e Melo. Nessa altura, “serão os Jesuítas os grandes protetores de Carvalho e Melo”, dentre eles, o Padre Carbone, que ocupava o cargo de geógrafo de Dom João V. Pois, ressalta-se, que quando Carvalho e Melo deixou Viena em definitivo, “foi devido à intercessão de Carbone que obteve ajuda de custo de 100.000 cruzados”. (TEIXEIRA SOARES, 1983, p. 86-87).

Porém, em 1750, a história portuguesa sofreria mudanças e rupturas no poder. Em 4 de julho de 1750, o rei Dom João V adoece, e “às 7 horas e 5 minutos da tarde de 31 de julho, uma bela tarde de verão, Dom João V entregou a alma a Deus”. Com isso, em 7 de setembro do mesmo ano, Dom José I é aclamado rei de Portugal diante do Paço da Ribeira, “em meio de estrondoso entusiasmo popular”. Ainda em agosto de 1750, Carvalho e Melo é nomeado por D. José I ao cargo de Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros e da Guerra. (TEIXEIRA SOARES, 1983, p. 90-91).

Ao assumir o cargo, Carvalho e Melo “entendia trabalhar considerando a natureza do Governo e o gênio do Povo”. Dessa maneira,

[...] para criar estruturas válidas da administração, impunha-se uma acentuada política “reformista”, ainda que esta tivesse de assentar numa centralização rígida, dando origem a facções opostas ou a meros clamores de prejuízo ou despeito. Havia no novo Ministro uma vontade de ação com base em princípios doutrinários que [...]. Mas, ao contrário do que muitos biógrafos ainda sustentam, havia também nele a humildade própria de quem sente a grandeza da sua missão, a consciência do homem de Estado que, por meio do estudo pessoal e da experiência alheia, buscava encontrar os remédios adequados para resolver os problemas do País. (SERRÃO, 1982, p. 64).

Com isso, instaurava-se em Portugal um novo cenário político, administrativo, econômico, cultural e religioso em que Pombal, por intermédio de D. José I, teria legitimidade suficiente para propor as reformas que melhor lhe conviessem, no sentido de assegurar as melhores condições possíveis à sociedade lusitana da época, e acima de tudo, primava pelo



fortalecimento do Estado como entidade exclusiva, com o devido uso do poder que lhe fora concedido.

2. A política econômica na era pombalina

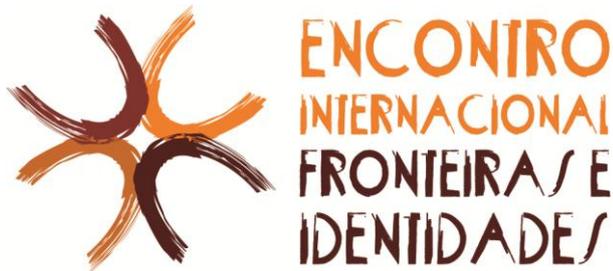
Ao longo do século XVIII, evidencia-se uma característica hegemônica da Inglaterra perante Portugal sob o viés econômico, especialmente através do Tratado de Methuen, bem como também em relação a outras nações comerciais da época, tendo em vista o forte potencial comercial que a Inglaterra detinha no cenário internacional, o qual se destacou em diversos segmentos. Muito disso se deve “às ligações que se desenvolveram a partir dos meados do século XVII com as colônias inglesas e centros mercantis fora da Europa”. (FISCHER, 1984, p. 15).

Em Portugal, durante a primeira metade do século das luzes, Dom João V assume um reino permeado de problemas de ordem administrativa, em virtude de uma série de fatores, tais como:

[...] o empobrecimento do Erário; a guerra da sucessão de Espanha a entrar em fase desfavorável às armas portuguesas; a miséria espalhando-se pelas províncias adentro; o gravame de importantes compromissos políticos e econômicos assumidos pelo Estado; a evasão das rendas; o estancamento da produção agrícola e industrial do Reino devido ao recrutamento, ao aumento de impostos e à tenaz política de guerra feita por Dom Pedro II”. (TEIXEIRA SOARES, 1983, p. 160-161).

Neste período, as prioridades da política econômica portuguesa se fixavam em reforçar o Pacto Colonial, buscando nacionalizar o comércio ultramarino, de modo a regular e limitar a participação estrangeira. Pretendia-se também, propor o desenvolvimento da marinha mercante, com vistas a proibir o descarregamento de produtos vindos do oriente que não fossem transportados em navios portugueses, bem como reforçar a fiscalização no que dizia respeito à extração do ouro. Registram-se ainda, a instalação de manufaturas por parte de mercadores nacionais e estrangeiros. (RODRIGUES; MENDES, 1999, p. 157).

Com o advento da Era Pombalina, em 1750, evidencia-se um Estado dotado de grandes dificuldades financeiras, em que se apresenta inicialmente “debaixo do influxo de



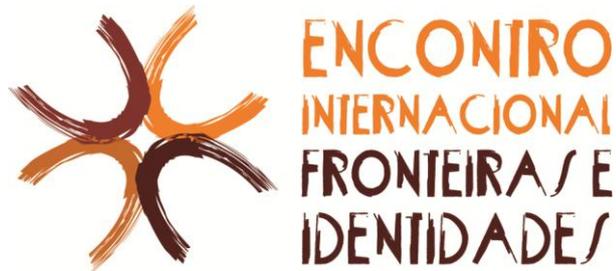
prosperidade dos últimos anos de D. João V”. Pombal não se intimidou ao de imediato proibir a exportação do ouro na tentativa de estruturar uma economia calcada em bases mercantilistas. Na questão referente à circulação de produtos reforçam-se as restrições à prática comercial, buscando limitar os seus maiores benefícios a determinados grupos privilegiados, por intermédio da criação de grandes companhias, tais como: Companhia do Comércio da Ásia, em 1753; Companhia do Grão-Pará e Maranhão, em 1755; Companhia da Pesca da Baleia, em 1756; Companhia das Vinhas do Alto Douro, em 1756; Companhia de Pernambuco e Paraíba, em 1759. Ademais,

[...] renovam-se e aumentam-se os privilégios ao contrato de Tabaco e Sabão; [...] entrega-se a Fábrica das Sedas do Rato à Junta do Comércio e à Companhia do Grão-Pará e Maranhão; [...] limita-se o dinheiro disponível pelo pequeno comércio por meio da regulamentação estrita dos empréstimos a juro; [...] além da limitação indireta realizada com a dificuldade do crédito [...]. (MACEDO, 1982, p. 45-47).

No caso do Brasil, a Companhia do Grão-Pará e Maranhão abrangeu uma vasta atividade de exploração econômica: fomento agropecuário, com o cultivo de arroz, algodão, café, cacau, baunilha; fábrica de descasque de arroz; exploração de salinas; vendas de mercadorias de importação euro-asiática; e o tráfico de escravos. Já no caso da Metrópole, estendeu-se a diversos segmentos, em especial à fábrica das sedas do Rato, pólvora, lanifícios, tabacos, dentre outros. Mais tarde, em 1759, esta Companhia iria unir forças comerciais com a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. (CARREIRA, 1983, p. 48-49).

A Companhia do Grão-Pará e Maranhão obteve exclusividade perante todo o comércio e navegação das capitanias ao longo de duas décadas. Nesse sentido,

o estabelecimento de uma companhia monopolista e o banimento dos pequenos comerciantes itinerantes foram os componentes-chaves de uma política global com objetivos que iam muito além dos confins da Amazônia. Pombal esperava que, ao conceder privilégios especiais e proteção aos empresários portugueses por meio de tal mecanismo, poderia ajudar as casas comerciais nacionais a acumular capital suficiente para competir mais efetivamente com os britânicos no comércio colonial como um todo e, por extensão, no próprio Portugal. [...]. (MAXWELL, 1996, p. 60).

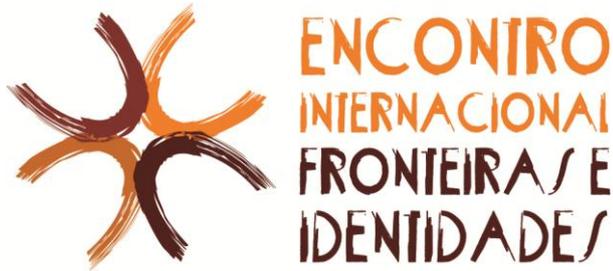


Com a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, devidamente instalada no Brasil em 1759, buscava-se estabelecer um comércio exclusivo com as capitanias e propor o crescimento de fábricas e engenhos em Pernambuco e na Paraíba, “assim como fomentar o comércio de solas, couros e atanados”. Assim, o açúcar e o cacau eram os principais produtos enviados para Lisboa, e em contrapartida, retornavam do Reino as mesmas frotas com panos, baetas, chapéus, ferragens e demais gêneros de uso comum. “O incremento da Companhia Geral foi grande, graças à frota mercante de 30 barcos que logo se mandou construir.” (SERRÃO, 1982, p. 132).

Desse modo, denota-se a característica mercantilista na política econômica de Pombal, uma vez que, na época tal ideologia estava presente em outras partes da Europa. O aspecto central de referência é a balança comercial, e “há a noção bem clara de que o déficit comercial provoca a saída do ouro”. A visão da obtenção de vantagem através da importação de matérias-primas e exportação de manufaturas também se identifica, bem como o valor decisivo do comércio colonial, eis que “a necessidade de preservá-lo a despeito de todas as ameaças e tentativas de quebrar o respectivo monopólio é outra constante”. (FALCON, 1982, p. 307).

Por outro lado, constata-se uma preocupação da política econômica pombalina em regular e garantir o domínio do comércio luso-brasileiro, especialmente pelo fato de fundar as Companhias em território brasileiro, pois um fator que preocupava eram as relações entre preços e a abundância de mercadorias, no sentido de que uma excessiva quantidade de produtos poderia reduzir a margem de lucratividade.

Contudo, as reformas pombalinas no plano econômico não buscavam apenas desenvolver as companhias de comércio, afeiçoadas aos moldes ingleses. “Como houvesse muito aprendido com os ingleses”, Pombal também tomou ciência da emergência de “libertar Portugal da prepotência comercial dos mercadores da *City*”. Passou a implantar uma legislação que fomentasse a criação de novas fábricas em Portugal, com vistas de início reduzir e mais tarde substituir a importação de produtos estrangeiros por uma produção tipicamente nacional. (TEIXEIRA SOARES, 1983, p. 166).



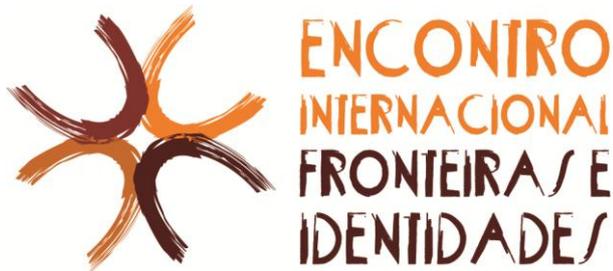
A partir da década de 1750, eram inúmeras as fábricas que foram instaladas no Reino, dos mais diversificados segmentos, tais como a de panos de lã, tecidos de algodão, sedas, chapéus, tapeçaria, fundição, serralheria, relojoaria, botões, vidros, dentre outras. Salienta-se, no entanto, que algumas destas iniciativas fabris se constituíram em altíssimas despesas para o Reino. O processo de instalação se dava, geralmente, pelo convite estendido a técnicos estrangeiros que detinham experiência e conhecimento específico para estabelecer as fábricas, mediante diversos favores do Estado. Além disso, partia-se do princípio de que estas fábricas deviam dar exemplo e incentivo aos nacionais. (CARNAXIDE, 1940, p. 74-75).

Nesse sentido, com a instalação das fábricas se estabelecia uma relação intrínseca com as Companhias da colônia brasileira, em especial no sentido do favorecimento aos produtos manufaturados portugueses. Assim, a estreita conexão entre a fábrica e as companhias monopolistas favorecia um mercado garantido e protegido.

Entretanto, a partir de década de 1760, a economia portuguesa experimenta um período de dificuldades de crescimento, tendo em vista uma gama de acontecimentos, tais como a crise do Brasil com a baixa da mineração do ouro e diamantes, da queda do comércio do açúcar e dos escravos. Assim, lentamente o ouro deixava de ser a alavanca do comércio português. Ademais, outros fatores indiretos ainda prosperaram para tal decadência econômica, como os maus anos agrícolas, a crise das pescas, o terremoto de 1755, a crise dos trigos iniciada em 1757, a guerra de 1762 “(invasão de Trás-os-Montes pelos espanhóis)”, e o incêndio da Alfândega de Lisboa em 1764. (RODRIGUES; MENDES, 1999, p. 164).

Na visão de Macedo (1982, p. 87-88), esta crise refletiu nos rendimentos do Estado, bem como no volume das importações. Aduz ainda que:

o ponto culminante da crise foi a época de 1768-1771; esta só foi completamente sanada com a exportação em larga escala de novos produtos coloniais, cuja produção havia sido estimulada e dirigida pelas companhias, com o decréscimo da crise do ouro, e com a liberdade do comércio nacional, no que se refere ao ultramar; com a política fisiocrática e de produção interna no que refere à metrópole, no reinado de D. Maria I, “época áurea” para o comércio português [...]. Apresenta fases e abrange todo o período que vai desde 1762 a 1779, revelando-se particularmente grave para o Estado, como se disse, no período que vai de 1768 a 1771. Refletiu-se social e economicamente na diminuição do comércio, aumentou as consequências sociais da política monopolista de Pombal, ao mesmo tempo que a facilitou.



Portanto, Macedo (1982, p. 88) considera a legislação pombalina como uma legislação de caráter emergencial sem qualquer planificação, não vê outra hipótese a não ser de uma política protecionista.

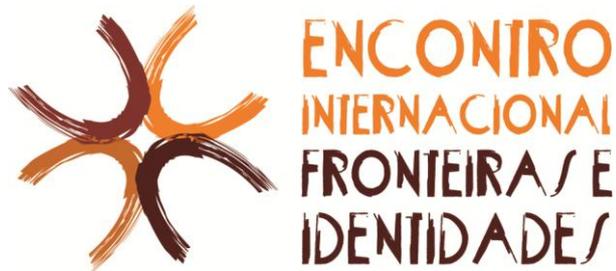
Por outro lado, tanto Rodrigues e Mendes (1999, p. 169) quanto Macedo (1982, p. 127) compartilham a opinião de que o período mais relevante da política de fomento industrial da Era Pombalina tem início em 1769-1770, passando para lá de 1777 (fim da Era Pombalina), especialmente com a fundação, em 1769, por Guilherme Stephens, da fábrica de vidros da Marinha Grande, erguida sobre as ruínas da vidreira de John Beare, ou ainda, com a construção da Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre, iniciada em 1772, o que provocou um aumento substancial da produção de tecidos de lã.

Considerações finais

A visão pombalina do Estado criou assim uma nova política econômica para alterar a mentalidade e as capacidades de ação do País. Impunha-se reduzir a importação de bens de consumo, que oferecia bom lucro ao tráfico estrangeiro; criar novos centros de produção manufatureira; oferecer ao comércio indispensáveis bases de segurança e de rentabilidade; dirigir a mão de obra ociosa para atividades úteis; fomentar a riqueza para benefício da comunidade.

Ao Estado cabia encontrar meios eficazes para integrar a economia portuguesa no sistema mercantilista que então vigorava na Europa setecentista. Não era a liberdade de comércio o que convinha a um Portugal em busca de novos rumos, mas uma política de concentração econômica em que a Coroa apoiava a formação de companhias monopolistas. Sebastião José de Carvalho e Melo pudera em Londres, durante sua experiência diplomática, apreciar as vantagens de tal modelo que fizera da Inglaterra uma grande nação comercial e ultramarina.

Em suma, Pombal acreditava no fomento comercial com o apoio do Estado. Suas medidas eram estruturadas numa análise cautelosa de aspectos econômicos e diplomáticos, além de ter a convicção de que poderia seguramente propor grandes reformas políticas e



decidir sobre os interesses da nação sem interferir nas relações comerciais mantidas com os ingleses dominantes do mercado internacional.

Referências bibliográficas

CARNAXIDE, Visconde de. (António de Sousa Pedroso). *O Brasil na Administração Pombalina*. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940.

CARREIRA, António. *As Companhias Pombalinas: de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: política econômica e economia ilustrada*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

FISCHER, H.E.S. *De Methuen a Pombal: o comércio anglo-português de 1700 a 1770*. Lisboa: Gradiva, 1984.

MACEDO, Jorge Borges de. *A situação econômica no tempo de Pombal*. 2ª ed. Lisboa: Moraes Editores, 1982.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

RODRIGUES, Manuel Ferreira; MENDES, José M. Amado. *História da indústria portuguesa: da Idade Média aos nossos dias*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1999.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Marquês de Pombal: o Homem, o Diplomata e o Estadista*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Oeiras/Pombal, 1982.

TEIXEIRA SOARES, Álvaro. *O Marquês de Pombal*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.